

O MODELO DA HÉLICE TRÍPLICE E O PAPEL DA EDUCAÇÃO FÍSICA, DO ESPORTE E DO LAZER NO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Dr. CARLOS ALBERTO FIGUEIREDO DA SILVA

Docente do Centro Universitário Augusto Motta – Unisuam e
da Universidade Salgado de Oliveira – Universo
E-mail: carlosalberto@unisuam.edu.br

Dr^a. BRANCA REGINA CANTISANO TERRA

Docente da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – Uerj e
do Centro Universitário Augusto Motta – Unisuam
E-mail: brancaterra@institutoinova.com.br

Dr. SEBASTIÃO JOSUÉ VOTRE

Docente da Universidade Gama Filho
E-mail: sebastianovotre@yahoo.com

RESUMO

Este estudo formula uma proposta de formação para o empreendedorismo cívico, em que co-atuam universidade, empresa e governo, tendo a atividade física, em suas múltiplas manifestações, como fator indutor do desenvolvimento social. Utiliza-se o modelo teórico da hélice tríplice para estudar as relações universidade-empresa-governo no âmbito do desenvolvimento local, com ênfase na responsabilidade social. Propõe-se que os programas das universidades ampliem sua forma de atuação e passem a compreender espaços em contextos mais abrangentes, nas diversas instâncias empresariais e governamentais.

PALAVRAS-CHAVE: Hélice tríplice; educação física-esporte-lazer; desenvolvimento local; universidade-empresa-governo; empreendedorismo cívico; responsabilidade social.

INTRODUÇÃO

O Brasil tem grandes desafios no século XXI, dentre eles, diminuir os bolsões de pobreza que permeiam as regiões e a desigualdade entre pobres e ricos. Necessitam-se com urgência de estratégias para a implantação de um conjunto de ações que contribuam, de forma efetiva, para a transformação da sociedade, possibilitando a geração e distribuição da riqueza. Entre as estratégias de melhor desempenho estão as que contam com a educação como meio para isso.

A necessidade da adoção de parâmetros eficazes e flexíveis de gestão educacional é premente: precisamos medir o desenvolvimento por meio de indicadores que permitam demonstrar a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Os parâmetros mais produtivos – postulamos – são os que seguem diretrizes abrangentes, de forma a não dificultarem, mas favorecerem, o movimento cíclico, espiral, cumulativo e contínuo do processo criativo e inovador, conforme preconizado no modelo da hélice tríplice, lançado nos anos de 1990 por Henry Etzkowitz e Loet Leydesdorff, professores da Universidade Estadual de Nova Iorque (SUNY) e da Universidade de Amsterdã, respectivamente (ETZKOWITZ; LEYDESORFF, 1996).

No modelo da hélice tríplice, adotado aqui como referencial, os atores que labutam na tríade universidade-empresa-governo desempenham papéis de protagonistas nas ações cívicas, educacionais e de desenvolvimento. A expectativa é que as universidades formem agentes multiplicadores das ações de inovação e mudança, que os governos contribuam com a criação, o aperfeiçoamento e a consolidação de políticas públicas, com mecanismos de fomento a essas ações, e que as empresas integrem, com base na responsabilidade social, os projetos de desenvolvimento como parceiras dos dois outros atores.

Neste artigo, o conceito de responsabilidade social foi abordado com base no referencial citado em Machado Filho (2002). O autor discute o tema das responsabilidades corporativas, e salienta que as empresas devem seguir linhas de atuação que sejam desejáveis no que se refere aos objetivos e valores da sociedade na qual estão inseridas. Apoiando-se em Carroll (1970), Machado Filho sugere que as atividades de negócios devem preencher quatro responsabilidades principais: econômicas, legais, éticas e filantrópicas.

A responsabilidade econômica envolve as obrigações das empresas de serem produtivas e rentáveis. Segundo Carroll (op.cit.), a primeira e mais importante responsabilidade social da atividade de negócios é econômica por natureza. Antes de mais nada, a instituição de negócios é a unidade econômica básica de nossa sociedade. A responsabilidade legal corresponde às expectativas da sociedade de que as empresas cumpram suas obrigações de acordo com o arcabouço legal existente. A responsabilidade ética refere-se à expecta-

tiva de que as empresas, dentro do contexto em que se inserem, tenham um comportamento apropriado como agentes sociais. A responsabilidade filantrópica reflete o desejo comum de que as empresas estejam ativamente envolvidas na melhoria do ambiente social (p.42).

As dimensões ética e filantrópica vão, portanto, além das funções básicas tradicionalmente esperadas da atividade empresarial. A responsabilidade social empresarial, no que diz respeito à hélice tríplice, implica observar não apenas a busca da eficácia nas ações aplicadas pelas empresas, mas, principalmente, a busca de propósito e sentido para a existência do indivíduo de forma ética e digna na sociedade. A visão míope de crescimento e acumulação de riqueza é assim substituída pela idéia de transformação social não apenas em relação aos meios, mas também em relação aos fins.

O modelo da hélice tríplice vem sendo cada vez mais usado para descrever as relações de interação dos atores que participam de projetos de desenvolvimento, com vistas a: a) a produção do conhecimento socialmente relevante nas universidades e conseqüente transferência deste conhecimento para a sociedade; b) a inovação tecnológica nas empresas e c) a participação dos governos no processo de inovação.

O modelo, extensivamente utilizado na Comunidade Européia e nos Estados Unidos da América, insere-se numa linha progressista em que as redes de desenvolvimento, segundo Terra (2001), são formadas por meio da utilização dinâmica das potencialidades do referencial. Entretanto, a hélice tríplice, quando adotada para caracterizar a sinergia dos atores universidade, empresa e governo em um país em desenvolvimento como o Brasil esbarra na necessidade de as empresas, antes de iniciarem o processo de inovação, modernizarem-se tecnologicamente e, mais que isso, fazerem com que as pessoas que vão participar do processo de desenvolvimento adquiram as competências necessárias a estas ações. Por esta razão resolvemos inovar no uso do modelo, e adotá-lo com foco tanto na produção de conhecimento socialmente relevante na universidade como na responsabilidade social inerente às necessidades empresariais, que hoje em dia têm o apoio dos governos locais, estaduais e nacional.

Nas universidades brasileiras, a educação física é um espaço privilegiado para discutir essas questões e propor ações relacionadas à pesquisa com retorno social e à formação profissional comprometida com o desenvolvimento, assumindo-se, assim, uma atitude interessada em relação ao que se pesquisa e ao que se propõe e que vai de encontro ao que normalmente vem sendo objeto de atenção e discussão por parte dos atores universitários. Comungamos com a idéia de que à pesquisa em educação física cabe, cada vez mais, ao lado da pesquisa pura, desenvolver seu papel acadêmico de produção de conhecimento em consonância com os inte-

resses, sonhos e as necessidades da comunidade local em que está inserida a instituição universitária, com vistas à proposição de atividades empreendedoras que contribuam para promover o crescimento local ou regional.

Na interlocução com o mercado local, constata-se que existe uma demanda reprimida por profissionais capazes de assumir o papel de protagonistas em projetos de desenvolvimento, como empreendedores cívicos¹ que venham a interferir decisivamente no processo local de mudança. É nesta perspectiva que discutimos alternativas e possibilidades de mudança e inovação, contribuindo para a formulação e consolidação de projetos com alternativas de desenvolvimento sustentável, que contribuam para o aumento da qualidade de vida da sociedade, a partir de uma visão sistêmica, estratégica e holística, dentro da área de educação física, do esporte, do lazer e da miríade de manifestações do imaginário cultural na qual ocorre, de forma estética, lúdica ou utilitária, o movimento humano.

O MODELO DA HÉLICE TRÍPLICE

O desenvolvimento individual e de grupos, de caráter local ou regional, é atravessado pela inovação, com a criação de novas configurações entre as instituições que o protagonizam. Para Etzkowitz (2005):

A interação universidade-empresa-governo é cada vez mais a base estratégica para o desenvolvimento social e econômico nas sociedades industriais desenvolvidas e também naquelas em desenvolvimento (p. 2).

O modelo descritivo e explicativo proposto por Etzkowitz e Leydesdorff (1996) apóia-se na concepção de que as regiões são vistas e interpretadas pelas universidades e empresas como espaços de inovação e não apenas como áreas geográficas, geoeducacionais, culturais ou empresariais. Portanto, a interação operada e esperada pela hélice tríplice se caracteriza pela presença das universidades como instituições de ciência e tecnologia com responsabilidade social quanto ao retorno de suas pesquisas, com perfil empreendedor e que atuam em conjunto com parceiros governamentais e empresariais (das indústrias e do comércio) como empreendedores cívicos, com vistas a construir estratégias para o surgimento e crescimento de novos espaços pró-ativos nas regiões em que estão inseridos.

¹. Empreendedores cívicos são pessoas capazes de lidar com igual habilidade com o mundo da vida (qualidade de vida comunitária) e com o mundo do trabalho (qualidade do mundo empresarial). Também são capazes de lidar com interações dinâmicas entre esses dois mundos, cumprindo o papel de pioneiros numa modalidade de desenvolvimento capaz de tornar a sociedade crescentemente mais próspera e competitiva (Instituto Paraná do Desenvolvimento, 1997).

O desenvolvimento local, neste modelo, acontece em três espaços mentais não-lineares: conhecimento, consenso e inovação:

Os espaços de conhecimento provêm os blocos estruturais para o progresso tecnológico; os espaços de consenso detonam o processo de fazer atores relevantes trabalharem juntos; os espaços de inovação favorecem uma invenção organizacional para fortalecer o processo de inovação (ETZKOWITZ, 2005, p. 4).

A criação do espaço mental de conhecimento, específica, mas não exclusiva da universidade, reúne as atividades de pesquisa com retorno social, voltadas sobretudo para o desenvolvimento. O resultado da aplicação das descobertas acaba incentivando o crescimento regional, a partir de iniciativas da hélice tríplice na comunidade. O produto das pesquisas não corre, então, o risco de ser subutilizado, ou encerrar-se na publicação de artigos científicos. Nesse contexto cresce a importância da publicação que, por si só, não garante a aplicabilidade dos resultados dos estudos no desenvolvimento das comunidades. Quando uma área de pesquisa se isola do setor produtivo privado e de fomentos governamentais, tende à esterilidade, incapaz de colocar o conhecimento produzido em uso, a serviço da comunidade, que é quem mantém os pesquisadores com seus impostos.

Os espaços de consenso e inovação se constroem cooperativamente nas parcerias entre os três protagonistas: universidade-empresa-governo ou, mais comumente, em parcerias entre duplas, a exemplo do que ficou conhecido, no Brasil, como parceria entre o público e o privado. A parceria será dinamizada à proporção em que os conhecimentos produzidos se tornem dignos de investimento e aplicabilidade, com possibilidade de retorno financeiro ou social para as empresas e com alternativas para o governo alcançar suas metas políticas e dar conta de suas promessas de atuar no desenvolvimento econômico e social.

A EDUCAÇÃO FÍSICA NA RELAÇÃO UNIVERSIDADE - EMPRESA - GOVERNO

É quase um lugar-comum afirmar que as ações inovadoras são formas que contribuem para o aumento da qualidade de vida das sociedades – e tem sido assim por séculos (EDQUIST, 1997). A importância da criação ou da criatividade para o desenvolvimento de uma região evidencia que, para existirem ações inovadoras, os vários atores da sociedade devem participar da ação de inovar, com responsabilidade social. Esses atores, relativamente autônomos, aglutinam-se e, de forma espontânea, convergem para os mesmos fins, resultando no conjunto de instituições, organizações, pessoas e mecanismos que interagem com o objetivo comum de criar ações e estratégias de desenvolvimento.

Essas ações estão diretamente relacionadas ao modelo de co-atuação aqui representado pela metáfora da hélice tríplice, em que governo, universidade e empresa atuam em uníssono, cada um com suas especificidades. O dado relevante dessa convergência é que se configura um conjunto harmônico composto de três instâncias institucionais independentes, mas que operam com intensa sinergia. As relações bilaterais governo-empresa, governo-universidade ou universidade-empresa e universidade-governo têm se expandido para incluir um parceiro adicional: a universidade, a empresa ou o governo, respectivamente.

A hélice tríplice das relações e interações universidade-empresa-governo constitui-se em um componente-chave para qualquer estratégia de ações inovadoras no domínio complexo da educação física, do esporte, do lazer e da iniciação às atividades do movimento. O grau de ajuste das metas e de consonância nas interações entre as universidades, com seus laboratórios e institutos de pesquisa, e as empresas, com seus projetos de desenvolvimento, reflete-se na extensão com que os governos locais, regionais e nacional se utilizam dos resultados de estudos e aplicações na formulação das políticas públicas e na priorização da aplicação de recursos de fomento.

Na filosofia da hélice tríplice, a despeito do que pode sugerir a metáfora das três pás jungidas a um mesmo eixo predomina a idéia de espiral, em que o objeto atrelado às três pás move-se para frente impulsionado pelo giro da hélice. Por outro lado, as instâncias científicas, produtivas e governamentais trabalham de forma autônoma, mas interdependente, e podem assumir papéis diferenciados a cada instante. As universidades, que, numa visão mais míope, poderiam estar limitadas a formar pessoas para a capacitação profissional e para preencher os lugares vazios do mercado, têm ampliado o seu papel na produção de conhecimento, no estabelecimento de novas relações com as empresas e os governos, e na criação de novas áreas de atuação. Parte dessa abertura verifica-se na análise dos mega-eventos de natureza esportiva, folclórica, musical e cultural, e na concentração nas atividades em contato com a natureza. Essa ampliação supõe aceitar o desafio da responsabilidade social, com a realização de ações inovadoras de pesquisa e extensão que garantam a inserção de seu corpo docente e discente no mercado de trabalho, e sobretudo a criação de novas capacitações que propiciem o surgimento de lideranças e agentes de mudança que impulsionem, por meio do empreendedorismo cívico, o desenvolvimento de grupos humanos de regiões até então pouco contempladas e a inclusão social² dos componentes desses grupos a novos nichos de ocupação profissional e de lazer.

2. Inclusão social é entendida aqui como um conceito-chave para a definição de políticas públicas que levem a uma sociedade mais aberta, justa e coesa em que seja assegurada a igualdade de direitos, de liberdade, e de serviços como educação, saúde, emprego, moradia, esporte e lazer.

No nosso caso, o prisma contemplado é o da educação física, do esporte e do lazer e da iniciação às atividades do movimento, ilustrados por danças, lutas, brincadeiras, jogos coletivos e individuais, além de atividades de contato com a natureza e com a cultura: festas do calendário turístico e cultural de cada localidade ou região, tradições e movimentos folclóricos, estabilizados e em recuperação, bem como manifestações religiosas e festivas, comemoração de aniversários, confraternizações, despedidas, recepções ou encontros de confraternização.

No nível cognitivo, os cientistas das várias áreas e especialidades são desafiados, por meio do estabelecimento de novas formas de produção de conhecimento para a obtenção da integração da hélice tríplice. No ambiente da empresa, os desafios apontam para o envolvimento com projetos e programas de responsabilidade social. No âmbito do governo, além da proposição e oferta de fomento, cabe auscultar e escutar as vozes da cidadania reclamada. Os três sistemas podem ser considerados diferenciados, mas tendem a integrar-se em vários níveis da estrutura social, para a obtenção de resultados positivos, em diversos setores da sociedade que clamam e reclamam por desenvolvimento.

O movimento pró-ativo da hélice tríplice gera produtos inovadores de múltipla natureza. Atitudes inovadoras são as novas criações de sentido e significados, produtos até há pouco inimagináveis, sejam eles econômicos, esportivos, sociais ou imaginários. Essas atitudes podem ser inteiramente novas e muitas vezes podem ser combinações de elementos já existentes. O processo através do qual ações inovadoras surgem é extremamente complexo, considerando-se a emergência e a difusão dos elementos do conhecimento, isto é, os elementos com possibilidades científicas e tecnológicas, e a translação desses elementos dentro de novas ambiências da sociedade. Esta translação não segue uma trajetória linear da pesquisa básica para a aplicada e desse patamar para o desenvolvimento e implementação de novos processos. Em vez disso, o processo é caracterizado por complicados mecanismos de *feedback* e relações interativas, que envolvem ciência, conhecimento, aprendizado, produção, política e demanda (EDQUIST, 1997).

A PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO NA UNIVERSIDADE

Na época medieval, as instituições universitárias preocupavam-se com filosofia e teologia, que compreendiam o conhecimento considerado relevante. A partir do Renascimento, esse enfoque foi-se modificando, dentro de uma infra-estrutura de produção de conhecimento relevante para a melhoria do bem-estar das comunidades em que se situava a instituição.

No século XVII, com a introdução do estudo da ciência física, esta passou a

ser encorajada e sustentada por mecenas e por grupos corporativos. Dentre esses grupos, o Estado foi se firmando em escala crescente. A introdução da pesquisa na academia foi a primeira revolução acadêmica (WEBSTER; ETZKOWITZ, 1995).

No século XIX verificou-se novo movimento, no Reino Unido e nos EUA, de envolvimento e comprometimento do Estado com o custeio do ensino superior, que continua até os dias de hoje. A maior parte das universidades tornou-se dependente de verbas governamentais. Com a democratização e massificação do ensino, tal dependência vem gerando fortes pressões, por parte dos governos, para que o ensino e a pesquisa dêem dividendos sociais e econômicos, ajudem os governos a cumprirem sua função de garantir progressiva melhoria no bem-estar dos povos que representam. Em países como os EUA e o Japão, as instituições mais recentes têm estrutura empresarial. Na Europa, mais tradicional, somente nos últimos anos o perfil da universidade empreendedora se firmou. No Brasil, é possível associar a independência e a excelência acadêmica à produtividade científica e à cooperação com o setor produtivo. É a segunda revolução acadêmica (WEBSTER; ETZKOWITZ, 1995).

A idéia de conhecimento também se revolucionou. A ciência, no início da criação das universidades, era desenvolvida por pessoas que tinham postos em universidades, e suas funções eram de ensinar não empreendendo investigações em seus relatórios, ou então eram pessoas com recursos financeiros próprios que se dedicavam à pesquisa somente por entusiasmo pessoal e para reconhecimento de seus pares (ZIMAN, 1992).

A pesquisa universitária era levada para fora da academia pelos próprios funcionários, sendo a profissão de professor-pesquisador muito competitiva. Em contrapartida,, apesar de os cientistas acadêmicos manterem uma autonomia relativa em suas pesquisas, a filosofia da comunidade científica deve ser considerada dependente de bases materiais. As autoridades acadêmicas sempre foram chamadas a aconselhar seus governantes sobre questões técnicas e a fazer parte da administração de órgãos governamentais. Portanto, os professores, além de promoverem treinamento e licenciamento, produzem publicações científicas e educação científica para o setor produtivo, sendo essa uma profissão respeitada pelas suas contribuições ao progresso e prosperidade da sociedade moderna.

Nas estruturas acadêmicas das primeiras instituições científicas, *pesquisa e desenvolvimento* eram atividades empreendidas para obter informações e compreensão dos conhecimentos estabelecidos nas aulas práticas. No discurso contemporâneo, a noção de pesquisa científica está estreitamente ligada com a noção de desenvolvimento, ficando, dessa forma, difícil discernir o limite entre a pesquisa e o desenvolvimento. Assim, pode-se dizer que *pesquisa e desenvolvimento* abran-

gem um conjunto de procedimentos de investigação, a partir das análises teóricas em todos os campos da ciência e tecnologia.

O contrato entre as universidades e a sociedade era baseado no modelo linear de ações inovadoras, presumindo somente contribuições de conhecimento acadêmico para a economia. Agora, verifica-se um modelo não-linear de ações inovadoras, no qual universidades, empresas e governos vêm captando linhas recíprocas e múltiplas, em diferentes estágios de produção do conhecimento, dentro da sociedade que está surgindo. Verifica-se a utilização de modelos institucionais inovadores, com a formação de redes ou de consórcios em que participam duas ou mais organizações, de natureza similar ou distinta. Nesses consórcios existe um interesse comum dos participantes na execução de um determinado projeto, com motivações que podem ser distintas, uma vez que cada uma das instituições envolvidas tem seus próprios objetivos. O que cada organização busca é superar suas limitações, aumentando sua flexibilidade e sua capacidade de progredir (ETZKOWITZ; LEYDESDORFF, 1996).

É nesse contexto que surge o novo modelo das relações universidade-empresa-governo (PLONSKI, 1993). Trata-se de um modelo de relação interinstitucional entre organizações de natureza distinta que podem ter finalidades diferentes, com formas de ação bastante diversas. Nesse modelo se incluem desde as interações tênues e pouco comprometedoras, como oferecer práticas profissionais, até vínculos institucionais mais intensos, como é o caso de grandes programas de pesquisa cooperativa, em que se chega a repartir os créditos resultantes da comercialização de seus resultados.

PESQUISA EM EDUCAÇÃO FÍSICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

O desafio colocado para a pesquisa no campo da educação física (englobando esporte, lazer e demais componentes), sob uma perspectiva de desenvolvimento local, é preparar profissionais inseridos no mercado de trabalho, em função da demanda das localidades, que possam aliar a pesquisa e o ensino com as atividades empreendedoras inerentes ao desenvolvimento de valores os quais justifiquem a inserção e aplicação de meios inovadores na comunidade. Além disso, os componentes desse campo devem ser considerados uma alavanca para os valores sociais de forma a não somente promover a inclusão social, mas também auxiliar na diminuição do desemprego estrutural por meio da educação.

Deve-se priorizar a formação continuada, garantindo a educação como mola-mestra do crescimento econômico e social, promovendo a geração do conhecimento, da competitividade, da cooperação e, conseqüentemente, da geração de

novos postos de trabalho e desenvolvimento. Os profissionais formados devem ser capazes de formar novos líderes empreendedores e orientá-los, dentro do contexto empresarial brasileiro, para a criação e manutenção de negócios, com responsabilidade social, na área da educação física, do esporte e do lazer, fazendo interfaces com outras áreas do conhecimento.

Dessa forma, a pesquisa concebe-se a partir do compromisso de se fortalecer e garantir a continuidade da ação institucional orientada por suas linhas de pesquisa e criar uma estratégia de desenvolvimento orientada por uma perspectiva interdisciplinar, sem prejuízo das ações tradicionais de natureza disciplinar. A expectativa é que essa orientação siga estratégias de desenvolvimento com ações de responsabilidade social, mobilizadas no espaço de consenso por meio dos agentes de mudança que atuam como empreendedores cívicos.

Nesta sociedade do conhecimento, baseada em tecnologias, novos paradigmas estão emergindo e se refletem nas próprias disciplinas propostas. O leque dessas disciplinas – espera-se – é de tal modo amplo que permite abordar desde as políticas públicas de desenvolvimento para as áreas de educação física, esporte, lazer e domínios associados, até assuntos de áreas específicas do conhecimento voltadas para a promoção da cidadania, da qualidade de vida e do trabalho.

A realidade que se nos apresenta, entretanto, não é satisfatória. Não é satisfatória, uma vez que nos Programas de Pós-Graduação em Educação Física, Esporte e Lazer a presença de linhas de pesquisa ou de projetos que os vinculem ao desenvolvimento local e/ou regional não estão caracterizadas. Vamos referir algumas dessas linhas. Nos anos de 1990, na linha de pesquisa Políticas Públicas e Inovações Institucionais em Educação Física, Esporte e Lazer, no programa de mestrado da Universidade Gama Filho, produziram-se alguns estudos que de certa forma se aproximavam da temática do desenvolvimento local. A continuidade dessa vertente ganhou outros contornos na linha de pesquisa Gestão do Esporte de Alto Nível e Lazer, coordenada pelo professor Lamartine Pereira DaCosta, que abre espaço para estudos na área de desenvolvimento local a partir da gestão do esporte e do lazer.

A compreensão da dinâmica do desenvolvimento local, a partir da implementação de ações inovadoras nas áreas do esporte e do lazer, depende crucialmente do aumento do investimento em pesquisa por parte dos Programas de Pós-Graduação. Até agora, são poucas as oportunidades de desenvolver projetos de pesquisa que entrelacem a educação física, o esporte e o lazer com projetos de desenvolvimento regional. Podemos referir alguns estudos que vêm, de certa forma, aproximando-se da temática. A análise das representações sociais e do imaginário social, desenvolvida na Universidade Gama Filho, veio trazer novas luzes sobre os

interesses, projetos e perspectivas das comunidades atendidas por ações governamentais, bem como sobre o que os agentes do governo pensam a respeito do que é relevante para as comunidades. Dentre essas análises, contam-se as que contemplam políticas públicas de lazer, projetos sociais voltados para o desenvolvimento da cidadania ativa e projetos de estudos da discriminação contra grupos minoritários, em que co-atuam duas pás da hélice ou em que, como vestígio da tradição do labor solitário e isolado, aparece apenas o trabalho de investigação.

O trabalho de Stigger (1992) busca analisar as políticas públicas para o lazer da supervisão de esportes e recreação pública de Porto Alegre. A análise das políticas públicas e da mudança da relação entre o poder público municipal e a população é um dos focos do estudo.

O estudo de Silva (1995) trata do discurso sobre as políticas públicas de lazer de Vitória-ES, sob a ótica de seus dirigentes e da legislação municipal pertinente ao assunto, com sugestões de alternativas para diretrizes de políticas públicas de lazer para a cidade de Vitória, mas sem contatar as empresas envolvidas com lazer e iniciação esportiva.

Pereira Filho (1998) analisa possibilidades de construção da cidadania a partir de políticas públicas nas áreas de educação física, esporte e lazer no complexo da Maré, no Rio de Janeiro, e conclui que essas políticas, desenvolvidas nas áreas de educação física, esporte e lazer não vêm caminhando no sentido de superar relações assistencialistas entre o poder público e os movimentos populares organizados. Entretanto, o estudo apresenta alguns indícios para o rompimento dessa prática, uma vez que as temáticas investigadas no complexo vêm-se constituindo em campo de reflexão e ação conjunta, com opção pela conquista dos direitos sociais através de mobilização e luta.

A pesquisa de Lacerda e Votre (2005) sobre discriminação contra homens que dançam balé representa uma participação tênue e tímida entre a universidade, que conduziu a pesquisa sobre mecanismos de discriminação contra homens bailarinos, e as academias de dança da cidade de Juiz de Fora, mas não envolve o governo municipal com as estratégias de superação ou atenuação do problema.

O estudo de Mello e Votre (2005) sobre o projeto esporte cidadão de Vila Velha-ES é típico por envolver a Universidade de Vila Velha e o governo local. A prefeitura oferece a vila olímpica, mantém as instalações e os funcionários de limpeza, enquanto a universidade oferece um coordenador e os estagiários, formula e ajusta a proposta de intervenção pedagógica, promove seminários de debate sobre a proposta e analisa o impacto do projeto na comunidade.

O projeto de Oliveira (2005) sobre discriminação e violência contra grupos minoritários nas escolas municipais da cidade do Rio de Janeiro, com manifestações

de *bullying*, desenvolve-se no modelo solo, como trabalho acadêmico, não mantendo interação especial quer com entidades de defesa dos grupos minoritários, quer com a prefeitura do município.

O estudo de Gabriela Souza de Oliveira, ainda em desenvolvimento, sobre mulheres em posição de comando, como técnicas e treinadoras de equipes esportivas de alto rendimento, também apresenta pequena participação dos clubes na coleta dos dados e pode vir a crescer no intercâmbio com os clubes e com as instâncias do governo comprometidas com a emancipação esportiva das mulheres brasileiras.

A investigação de Vigne, em fase de conclusão, sobre mulheres da favela-bairro da Rocinha, no Rio de Janeiro, que praticam musculação, atentas às pressões do mercado de trabalho, tem em aberto a possibilidade de crescimento na interação com as empresas que recrutam mulheres para atividades que supõem interação com o público, no desempenho de sua função comercial. Além da contribuição relevante que podem dar para definição do perfil corporal esperado, as empresas podem atuar, de forma efetiva, na manutenção e melhoria desse perfil, e contribuir para a auto-estima de seu quadro profissional.

Outros exemplos são os estudos de Ribeiro (2005), Assis (2003) e Silva (2002), em que se discutem perspectivas e problemas que perpassam esporte, projetos sociais, discriminação e mercado de trabalho.

O pequeno grupo de estudos acima referido mostra que é fértil a área, grande a demanda, rica a messe. Mostra também que há necessidade de novos estudos de impacto dos projetos sociais nas comunidades, observando-se o desenvolvimento dessas comunidades, a partir da implementação de atividades esportivas e de lazer. A criação de um índice de desenvolvimento do esporte e do lazer (Idel) poderia auxiliar universidades, empresas e governos na criação de áreas de inovação que propiciassem o desenvolvimento local. Neste sentido, o Atlas do Esporte no Brasil, organizado pelo professor Lamartine Pereira DaCosta (2005), deu uma grande contribuição ao mapeamento das atividades esportivas em nosso país. Estes dados poderiam servir de referência para a criação do Idel.

CONCLUSÃO

Começam a despontar e a notar-se cada vez mais, atualmente, as iniciativas governamentais, com incentivos explícitos de dedução do imposto de renda, para que as universidades e as empresas assumam sua nova função no desenvolvimento, conjugadas em objetivos marcados por responsabilidade social. Segundo Etkowitz, Webster, Gebhard e Terra (2000), as universidades postuladas na hélice

tríplice são agências de produção de conhecimento, ensino e extensão, que se caracterizam como empreendedoras e responsáveis, ainda bastante distantes do modelo institucional brasileiro.

Sugere-se portanto que a proposta de formação cívica e de alavancamento sócio-político local, para membros de comunidades de periferias urbanas, em processo de desenvolvimento, por meio da educação física e de atividades do esporte e do lazer, inclua no desenho de seu projeto algumas considerações, a seguir apresentadas:

- a) que a hélice tríplice esteja presente nos programas indutores do desenvolvimento, de forma a criar e consolidar redes de desenvolvimento por meio de ações de educação física, esporte e lazer;
- b) que as empresas se utilizem das vantagens da legislação de responsabilidade social para alavancar seus produtos inovadores na sociedade por meio de ações de educação física, esporte e lazer;
- c) que as universidades, ao definirem suas políticas de produção de conhecimento, priorizem a formulação e implementação de projetos de pesquisa nos quais os indicadores de desempenho reflitam o aumento da auto-estima e da motivação dos cidadãos por meio das ações de educação física, esporte e lazer;
- d) que os governos aperfeiçoem seu aparato legal, de forma a concentrar investimentos em propostas de conscientização, divulgação e estímulo à pesquisa, que contemplem a aplicação dos resultados no desenvolvimento regional e local e promover incentivos para as empresas que desenvolvem pesquisa em conjunto com as universidades de suas regiões.

Nossa expectativa e sugestão é que, diferentemente dos programas governamentais da Comunidade Européia e dos Estados Unidos, os programas de um país em desenvolvimento, como o Brasil, considerem, em uma fase anterior à inclusão social por meio do trabalho, as ações inovadoras de caráter social que promovam o aumento da auto-estima nos cidadãos, como forma motivadora do desenvolvimento. Portanto, que nos programas brasileiros, antes de elaborar estratégias de desenvolvimento e planos de ações com objetivos econômicos se dê prioridade à tarefa de formar empreendedores cívicos responsáveis, agentes de mudança da sociedade, conscientes da importância do seu papel desenvolvimentista.

Segundo nossa proposição o elo de ligação entre o empreendedor cívico e a comunidade (na interação entre universidades, governos e empresas) se dá no mo-

mento em que aquele se apropria da metodologia científica da pesquisa e atua como participante pró-ativo na coleta, análise e interpretação dos dados obtidos através de Programas de Pós-Graduação em educação física, esporte e lazer, utilizando os dados analisados como balizadores do plano de ações de desenvolvimento.

Esta postura pró-ativa pode, a princípio, ser criticada pela academia em virtude de que o pesquisador deveria se distanciar, teoricamente, do seu objeto de estudo. A nossa proposta é que o pesquisador deve ter uma postura de participante, explicitamente pró-ativa, em busca da aplicabilidade de ações de desenvolvimento. Contribui-se assim para o avanço da cidadania reclamada, da qual os grupos sociais em desvantagem necessitam conscientizar-se, a partir de um processo de sensibilização que lhes permita assumir suas vozes, no contexto de debates e discussões em diversos níveis, sejam eles culturais, esportivos, ambientais, econômicos etc.. Esta ação social surge espontaneamente, derivada de ações indutoras do desenvolvimento.

A proposta é que programas e projetos centrados na educação física contribuam, através da pesquisa, para consolidar a hélice tríplice para a geração de conhecimento, por meio de ações e mecanismos em que a produção acadêmica, além de direcionada para publicações, englobe índices de desenvolvimento econômico e social por meio de ações cívicas empreendedoras que resultem em aplicação efetiva na comunidade.

Sem entrar no mérito das ações afirmativas, entendemos que os segmentos menos favorecidos da sociedade brasileira esperam das universidades gestos e atos de produção de conhecimento suscetível de ser acolhido em estratégias de desenvolvimento, que envolvam eficiência e eficácia para os programas governamentais e possam, de fato, promover o bem-estar das comunidades locais e regionais por meio de ações marcadas pelo empreendedorismo cívico, socialmente responsáveis.

The model of triple helix and the role of physical education, sport and leisure in local development

ABSTRACT: This study formulates a proposal for education for civic entrepreneurship in which university, enterprise and government work together, taking physical activity in the full diversity of its manifestations as a basic factor of social development. The triple helix model is employed as a tool for studying the relationships between the three above – mentioned actors in the domain of local development and with an emphasis on social responsibility. We

(continua)

(continuação)

conclude with the suggestion that universities widen their programs, incorporating new arenas of activity and broadening their goals in relation to enterprise and government.

KEY-WORDS: Triple helix; physical education-sport-leisure; local development; university-enterprise-government; civic entrepreneurship.

El modelo de la triple hélice y el papel de la educación física, del deporte y del ocio en el desarrollo local

RESUMEN: Este estudio hace una propuesta de formación para el emprendedorismo cívico, en que universidad, empresa y gobierno actúan conjuntamente, y en que la actividad física, en sus múltiples manifestaciones, es considerada como un factor inductor de desarrollo social. Se utiliza el modelo teórico de la triple hélice para estudiar las relaciones entre universidad, empresa y gobierno, en el ámbito del desarrollo local, con énfasis en la responsabilidad social. Se propone que los programas universitarios amplíen su forma de actuación, y pasen a comprender espacios en contextos más alargados, en las diversas instancias empresariales y de gobierno.

PALABRAS CLAVES: Triple hélice; educación física-deporte-ocio; desarrollo local; universidad-empresa-gobierno; emprendedorismo cívico; responsabilidad social.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. R. *Entre o drama e a tragédia*. pensando os projetos sociais de dança na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: UGF, PPGEF, 2003.

CARROLL, A. Corporate social responsibility. *Business and society*, v. 28, set. 1999.

EDQUIST, C. *Systems of innovation technologies, institutions and organizations*. London: A Cassel Imprint, 1997.

ETZKOWITZ, H. The future location of research and technology transfer. *The Journal of Technology Transfer*, New York, v. 24, n. 2-3, 1999.

_____. *Reconstrução criativa*. hélice tripla e inovação regional. Rio de Janeiro: Inteligência Empresarial/Crie/Coppe/UFRJ, n. 23, 2005.

_____; WEBSTER, A.; GEBHARD, C.; TERRA, B. R. C. The future of the university and the university of the future: Evolution of Ivory Tower to Entrepreneurial Paradigm. *Research Policy*, Londres, v. 29, n. 2, 2000.

_____; LEYDESDORFF, L. The triple helix – university, industry, government relations: a laboratory for knowledge based economic development. In: *The triple helix of university, industry, and government relations: the future location of research conference*. Amsterdam, 1996.

_____; MELLO, J.M.C.; TERRA, B. *When path dependencies collide: the evolution of innovation policy in the state of Rio de Janeiro. Science and Public Policy*, New York, v. 26, n. 6, dec. 1998.

INSTITUTO PARANÁ DE DESENVOLVIMENTO. *Curso de Formação de Empreendedores Cívicos*. Curitiba: Paraná, 1997.

LACERDA, M. T. M.; VOTRE, S. *Bailarinos clássicos: a construção do "eu" a partir da representação do "outro"*. Rio de Janeiro: UGF, PPGEF, 2005.

MACHADO FILHO, C. A. P. *Responsabilidade social corporativa e a criação de valor para as organizações: um estudo multicasos*. São Paulo: FEA/USP, 2002.

MELLO, A. da S.; VOTRE, S. *Representações sociais em projetos de cidadania ativa: projeto esporte cidadão*. Rio de Janeiro: UGF, PPGEF, 2005.

MENDONÇA JUNIOR, A. *O lazer no Sesi: do conformismo à participação*. Piracicaba: Unimep, 2004.

MEZZADRI, F. M. *A estrutura esportiva no estado do Paraná: da formação dos clubes esportivos às atuais políticas governamentais*. Campinas: Unicamp, 2000.

OLIVEIRA, F.; VOTRE, S. *Bullying e gênero, contra a cidadania*. In: CONGRESSO SOBRE MULHERES, GÊNERO E FEMINISMOS, 2005, Salvador. *Anais...* Salvador: UFBA, 2005.

PEREIRA FILHO, J. R. *Complexo da Maré: possibilidades de construção da cidadania a partir de políticas públicas nas áreas de educação física, esporte e lazer*. Rio de Janeiro: UGF, PPGEF, 1998.

PLONSKI, G. A. *Prefacio a la cooperación empresa-universidad iberoamericana*. In: COOPERACIÓN EMPRESA-UNIVERSIDAD EN IBEROAMERICA, Cyted, 1993.

RIBEIRO, C. H. V. *Mais do que pendurar as chuteiras: o futebol que investe no social*. Niterói: NitPress, 2005.

SÁ, K. O. *Lazer, trabalho e educação: pressupostos ontológicos dos estudos do lazer no Brasil*. Salvador: UFBA, 2003.

SILVA, C. A. F. *Futebol, Linguagem e mídia: entrada, ascensão e consolidação dos negros e mestiços no futebol brasileiro*. Rio de Janeiro: UGF, PPGEF, 2002.

_____; MOTA, C. F.; VALERIO, P. C. B. *Políticas públicas e esporte: um estudo exploratório sobre os projetos ancorados na Lei 1.954/92 apresentados à Suderj. The Fiep Bulletin*, Foz do Iguaçu, v. 75, p. 174-174, 2005

SILVA, M. C. B. *A política de lazer da administração pública da cidade de Vitória*. Rio de Janeiro: UGF, PPGEF, 1995.

SOUZA DE OLIVEIRA, G. A.; VOTRE, S. *Gênero no campo profissional da educação física: o caso das técnicas de natação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: UGF, PPGEF, 2005.

STIGGER, M. P. *Administração de parques públicos e democracia – um estudo de caso, na área de políticas públicas para o lazer, na perspectiva democrática*. Rio de Janeiro: UGF, PPGEF, 1992.

TERRA, B. *A transferência de tecnologia em universidades empreendedoras: um caminho para a inovação tecnológica*. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2001.

WEBSTER, A.; ETZKOWITZ, H. *Science as intellectual property*. New York: Science, Technology and Controversy, 1995.

ZIMAN, J. F. R. S. *An introduction to science studies*. Cambridge: Great Britain at University Press, 1992.

Recebido: 28 jan. 2006

Aprovado: 2 maio 2006

Endereço para correspondência

Sebastião Votre

Rua Mário Pederneiras, 4, apto. 204 – Humaitá

Rio de Janeiro-RJ

CEP 22261-020